



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

MINISTERIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segunda Conferência Internacional sobre a nutrição

Roma, 19-21 de Novembro de 2014

Por: Secretário de Estado da Segurança Alimentar

SUA EXELENCE DIRECTOR GERAL DA FAO

SUA EXELENCE DIRECTOR GERAL DA OMS

SUA EXELENCE SENHOR PRESIDENTE DA CONFERENCIA

SUA EXELENCE MINISTRAS E MINISTROS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

ILUSTRES CONFRENCISTAS

Não podia resistir a este amável convite endereçado pelo Director Geral da FAO e da OMS para participar nesta Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição, neste momento que a Guiné-bissau entrou numa nova era política e de desenvolvimento com a nomeação de um novo Governo constitucional.

A malnutrição contribui para problemas de saúde e para a mortalidade da população. Ela diminui a força de trabalho e a produtividade, e constitui um obstáculo ao desenvolvimento socioeconómico. Uma boa nutrição da população constitui uma prioridade e uma condição essencial para alcançar vários objectivos de desenvolvimento.

O Governo da Guiné-Bissau, assumiu compromissos para a realização dos objectivos fixados durante a primeira Conferência sobre a Nutrição e outras Conferencias Internacionais, visando a redução da desnutrição, da mortalidade infanto-juvenis, mortalidade materna, a pobreza e, em particular, para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para assegurar um bom estado nutricional da população em todo o território nacional no sentido de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Face à origem multifactorial da desnutrição, o Governo adoptou em 2013/2014 a Política nacional e o Plano Estratégico multisectorial de nutrição. Esta política orienta e serve de referência para a implementação coordenada de intervenções vindas de diferentes sectores, com impacto positivo para a população do país.

O país, possui condições naturais favoráveis ao cultivo de diversos produtos agrícolas: cereais, tubérculos, amendoim, óleo de palma, frutos e legumes. Contém fontes consideráveis de proteína animal; A disponibilidade de uma flora aquática abundante e com numerosos rios e uma parte insular, fazem da Guiné-Bissau um país rico em diversos recursos haliêuticos (peixes, crustáceos e moluscos).

A agricultura, é a actividade económica dominante contribuindo para mais de 50% do PIB, mais de 80% das exportações e empregando 85% da população activa. A castanha de caju é o principal produto comercial, e representa 93% das receitas de exportação do país. Os produtos da pecuária representam cerca de 17% do PIB nacional e 32% do PIB agrícola. A pesca constitui a segunda fonte de divisas na Guiné-Bissau.

Apesar do seu grande potencial natural, a Guiné-Bissau faz parte da categoria dos países mais pobres do mundo e o nível actual de crescimento da pobreza é muito preocupante. O índice de desenvolvimento humano do PNUD classificou o país, no ano de 2013, em 176º no ranking de 186 países. Ainda no âmbito da monitorização dos indicadores de redução da pobreza (ILAP2 2010) situa-se a taxa de pobreza global da população vivendo com menos de 2 \$US por dia em 69,3%, e do número de pessoas vivendo com menos de 1 \$ (pobreza extrema) em 33%. As infraestruturas são fracas e o êxodo rural é massivo.

Estado Actual da Nutrição

Segundo o inquérito SMART 2012 realizado pelo Ministério da Saúde, em colaboração com a UNICEF e outros parceiros, o estado da nutrição das crianças de menos de 5 anos apresenta-se da seguinte forma :

- A prevalência da malnutrição aguda global (emagrecimento) é de 6.5% (14.665 crianças). Segundo a classificação da OMS, esta prevalência nacional corresponde a uma situação nutricional precária :
- A insuficiência ponderal (baixo peso), afecta 17 % das crianças de 6 a 59 meses na Guiné-Bissau, ou seja, (45.322 crianças).

Segundo o Inquérito MICS 2010, na Guiné-Bissau, 11% das crianças de 6 a 59 meses nascem com uma insuficiência ponderal (menos de 2.500 g). O défice ponderal à nascença, associado à desnutrição da mãe, comporta um risco elevado de mortalidade infantil.

Ainda a pesquisa SMART-2012 mostrou que 11,3% das mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos), sofrem de desnutrição, que é um dos factores da mortalidade materna; que afecta igualmente o desenvolvimento do feto, peso, a saúde do recém-nascido, e compromete o crescimento posterior da criança.

Em relação a carência de micronutrientes atinge 23% da taxa de mortalidade, o que aumenta o risco de doenças infecciosas. Quanto ao Iodo a pesquisa mostrou uma taxa de prevalência de bócio a nível nacional 32%, (estudo epidemiológico acerca das DDI, 1995).

Ainda o inquérito revela, 14% das mulheres em idade reprodutiva, tinham excesso de peso, entre os quais 8,6% são obesas (SMART 2012);

A alimentação da população na Guiné-Bissau é globalmente inadequada., quase um terço ($\frac{1}{3}$) das crianças de menos de 6 meses não beneficiam do direito a um bom começo de vida através da amamentação materno exclusivo.

Tal como as crianças, os adultos, confrontam-se uma ingestão alimentar deficiente; o regime alimentar é simples, monótono, baseado essencialmente no consumo de cereais (arroz). Muitas famílias fazem apenas uma refeição por dia. O acesso a proteínas animais é limitado. Os legumes e as frutas são praticamente inexistentes na alimentação da maior parte da população.

Estado Actual da Segurança Alimentar

Os resultados do inquérito de Avaliação Aprofundada da Segurança Alimentar, realizado em 2013 pelo PAM, FAO e PLAN, no meio rural em 8 Regiões, mostraram que a situação alimentar se deteriorou de forma preocupante à escala nacional que:

- 29%, população rural, se encontra em situação de insegurança alimentar, dos quais:
 - 64% em insegurança alimentar ligeira,

- 24% em insegurança alimentar moderada e
- 5% em insegurança alimentar grave. (ano 2001).

Os problemas estruturais afectam negativamente as condições de vida das populações rurais Guineenses há várias décadas, bem como os choques conjunturais recentes, contribuíram para exacerbar a situação, sobretudo as famílias mais pobres.

Situação Alimentar actual

Embora os mercados estão ainda aprovisionados os preços de produtos alimentares ainda continuam elevados, o que torna difícil o acesso aos produtos alimentares de base em todo o país. A campanha de comercialização da castanha de caju foi boa. Mas os efeitos combinados do fraco rendimento de uma parte da população e os níveis de preço dos produtos alimentares de base não deverão melhorar o acesso das populações aos produtos alimentares

As estratégias prioritárias utilizadas pelas famílias para fazer face a uma situação económica ou alimentar difícil, são numerosas e diversas. A estratégia mais utilizada é a venda de animais. Isto mostra o papel da pecuária na segurança alimentar e nutricional das famílias. A segunda estratégia é a intensificação da pesca para o consumo e venda , terceira é a redução das rações alimentares.

Estratégias do Governo

A fim de resolver a problemática da insegurança alimentar crónica, após uma fase piloto intitulada Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA), o Governo implementou o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), 2008-2012, cujo objectivo global é aumentar a segurança alimentar ao nível nacional e ao nível das famílias, numa perspectiva sustentável, com atenção particular às mulheres e as famílias rurais mais pobres, tendo em conta a situação actual de segurança alimentar no país.

Além disso, o Governo adoptou em 2013, o Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA que se inscreve na dinâmica de desenvolvimento agrícola para resolver os problemas da fome, da desnutrição e da insegurança alimentar, favorece

nomeadamente as culturas alimentares tais como os cereais, os tubérculos, os legumes, os frutos, os produtos agro-florestais alimentares, bem como as culturas destinadas à exportação. Este programa favorece também o fomento de animais bovinos, caprinos, ovinos, suíños e aves. Tem ainda em conta os aspectos ligados à nutrição, resiliência, mudanças climáticas e género.

A Guiné-Bissau acaba de aderir este ano ao Movimento SUN. No quadro desta iniciativa é necessário que o país, tenha um reforço das capacidades nacionais a diferentes níveis em matéria de coordenação geral, e desenvolvimento de políticas nacionais de nutrição, com aumento de recursos, orientados em abordagens coerentes e alinhadas para a implementação de acções ligadas à segurança alimentar e nutricional.

Desafios de futuro

Em termos de desafios futuros, o Governo com o apoio da FAO pretende elaborar um quadro jurídico coerente sobre o Direito á Alimentação e estabelecer uma estrutura de coordenação de todas as actividades ligadas á segurança alimentar.

E com os esforços conjugados entre o Governo e os parceiros técnicos e financeiros, vão permitir «**que os guineenses assegurem duravelmente a segurança alimentar e nutricional no horizonte 2025**” numa perspectiva do direito a todos de uma alimentação adequada e durável.

Muito Obrigado